

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco Topázio S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Em 2019, concentramos nossos esforços na oferta de crédito pulverizado para estabelecimentos comerciais de pequeno e médio porte. Desenvolvemos novos canais de vendas, produtos e serviços, visando diversificar a atuação do Banco. **Governança Corporativa** - Em linha com as boas práticas de governança corporativa do segmento financeiro, o Banco Topázio busca permanentemente o aperfeiçoamento do seu sistema de gestão institucional, de forma a proporcionar maior transparência, equidade, segurança e menor risco na tomada de decisão. Para isso, possuí Comitês estruturados que possibilitam a ampla discussão de todas as questões relevantes, suportando à Administração na condução do processo de decisão, objetivando o cumprimento das diretrizes e busca dos melhores resultados, dentro dos mais elevados padrões éticos. Cabe ao Comitê Consultivo de Riscos e Compliance e a área de Auditoria Interna verificar o cumprimento dos princípios da boa governança corporativa. **Ouvidoria** - Com a filosofia de dar voz aos clientes e usuários dos produtos e serviços, o Banco Topázio S.A disponibiliza canais para acolher opiniões, críticas e reclamações, com pilares na transparência e confidencialidade no seu relacionamento, em observância às normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor de modo a atender o previsto na Resolução nº 4.433/2015 do Conselho Monetário Nacional e demais normativos correlatos do Banco Central do Brasil. O Banco Topázio preza pela ética nas suas relações, disponibilizando a todos os públicos com os quais se relaciona, nossas

diretrizes, firmando o compromisso público com a orientação ética e a gestão sustentável de seu negócio. Os canais de ouvidoria estão disponíveis em www.bancotopazio.com.br. **Compliance e Controles Internos** - Visando atender às determinações legais sobre o tema e as boas práticas de Governança Corporativa, o Banco Topázio prosseguiu com a avaliação e o aperfeiçoamento dos seus instrumentos, que integram o Sistema de Controles Internos da Instituição. Os processos são continuamente reavaliados, e os testes de aderência, para aferir a efetividade dos controles existentes, são aplicados em conformidade com os principais frameworks e metodologias de controles internos. A área de Compliance é responsável pela coordenação da elaboração e implantação de políticas, planos e procedimentos, por meio de metodologia direcionada ao gerenciamento do risco de conformidade, de modo a atender à Resolução nº 4.595/2017 do Conselho Monetário Nacional e demais normativos correlatos do Banco Central do Brasil. Sob o escopo de atividades de Compliance está a estrutura de **Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo**, que lhe permite operar em conformidade às leis e normas aplicáveis, tendo o compromisso permanente de prevenir e combater sistematicamente a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e a Corrupção, cooperando assim com os esforços das autoridades governamentais de controle. **Gestão de Riscos** - A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Topázio responde pelo conjunto de políticas, estratégias, processos e métodos voltados ao controle e gerenciamento dos riscos de crédito, liquidez, mercado, operacional e de capital, reportando-se ao CRO. Conta ainda,

com a atuação do Comitê de Riscos, através de reuniões mensais com a Diretoria Executiva e consultores externos. O **Gerenciamento de Capital** consiste, em consonância com as estratégias do Banco, da construção de cenários normais e estressados determinantes na realização de ações preventivas à insuficiência de capital. No **Risco de Mercado** utiliza-se como metodologia de monitoramento o *Value at Risk* (VaR), além da realização de testes de estresse simulando a carteira da Instituição em situações atípicas de mercado. No **Risco de Crédito** além do constante desenvolvimento nos processos de cadastro e análise para a concessão de crédito, a gestão utiliza-se do monitoramento de diversos indicadores, como: inadimplência, ratings e rolagens, além da exigência de capital regulatório. A gestão do **Risco de Liquidez** consiste no monitoramento do fluxo de caixa diário, projetado para um horizonte de um ano. Além disso, através do Comitê de Ativos e Passivos do Banco são analisadas e definidas as estratégias para a gestão da liquidez. O **Risco Operacional** é monitorado através da análise de impacto e probabilidade dos riscos mapeados além da base de perdas operacionais. Por fim, a Gestão de Riscos é responsável pela apuração dos limites operacionais determinados pelo BACEN, como o **Índice de Basileia**, buscando o equilíbrio entre as exposições aos riscos e a lucratividade, sempre em conformidade com a legislação vigente. Maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de riscos estão disponíveis em www.bancotopazio.com.br.
Porto Alegre (RS), 13 de abril de 2020

Porto Alegre (RS), 13 de abril de 2020

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2019	2018		2019	2018
Ativo			Passivo		
Circulante	1.180.528	813.303	Circulante	432.704	264.942
Disponibilidades (Nota 4)	15.086	11.124	Depósitos	284.582	234.284
Aplicações interfinanceiras de liquidez	163.001	215.614	Depósitos à vista (Nota 12)	40.686	28.644
Aplicações no mercado aberto (Nota 4)	163.001	215.614	Depósitos a prazo (Nota 12)	243.896	205.640
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	148.192	68.147	Obrigações por operações compromissadas	81.915	—
Carteira própria	44.697	67.900	Letras Financeiras do Tesouro (Nota 13)	81.915	—
Vinculados a compromissos de recompra	81.977	—	Relações interdependências	2.940	671
Vinculados ao Banco Central	21.256	—	Recursos em trânsito de terceiros	2.940	671
Vinculados a prestação de garantias	262	247	Outras obrigações	63.267	29.987
Relações interfinanceiras (Nota 6)	15.677	230.191	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	670	477
Pagamentos e recebimentos a liquidar	2.119	225.492	Carteira de câmbio	—	1.027
Depósitos vinculados ao Banco Central	637	437	Sociais e Estatutárias	20.800	—
Correspondentes	12.921	4.262	Fiscais e previdenciárias	3.011	9.293
Operações de crédito (Nota 7)	162.630	207.928	Diversas (Nota 14)	38.786	19.190
Setor privado	190.795	245.038	Não circulante	809.283	607.511
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(28.165)	(37.110)	Depósitos	808.788	603.873
Outros créditos	675.482	79.652	Depósitos a prazo (Nota 12)	808.788	603.873
Carteira de câmbio	—	400	Outras obrigações	495	3.638
Diversos (Nota 8)	678.640	82.403	Diversas (Nota 14)	495	3.638
Provisão para outros créditos	(3.158)	(3.151)	Patrimônio líquido (Nota 16)	60.869	81.815
Outros valores e bens	460	647	Capital	133.114	133.114
Despesas antecipadas	460	647	De domiciliados no País	153.914	133.114
Não circulante	122.328	140.965	(-) Capital a realizar	(20.800)	—
Realizável a longo prazo	114.135	134.829	Ajustes de avaliação patrimonial	(9)	(10)
Operações de crédito (Nota 7)	108.580	130.502	Prejuízos acumulados	(72.236)	(51.289)
Setor privado	120.913	140.650			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.333)	(10.148)			
Outros créditos	3.196	3.010			
Diversos (Nota 8)	3.196	3.010			
Outros valores e bens	2.359	1.317			
Bens não de Uso Próprio	2.163	543			
Despesas antecipadas	196	774			
Imobilizado de uso (Nota 10)	1.643	867			
Outras imobilizações de uso	3.072	2.479			
Depreciações acumuladas	(1.429)	(1.612)			
Intangível (Nota 11)	6.550	4.748			
Ativos intangíveis	8.669	5.239			
Amortização acumulada	(2.119)	(491)			
Diferido (Nota 11)	—	521			
Gastos de organização e expansão	4.059	4.059			
Amortização acumulada	(4.059)	(3.538)			
Total do ativo	1.302.856	954.268	Total do passivo e do patrimônio líquido	1.302.856	954.268

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

resultado do período. **e. Operações de crédito:** As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito estão classificadas observando os parâmetros mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação por níveis de risco (de AA até H). As operações de crédito prefixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento, reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo o regime de competência. A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, é mantida em rendas a apropriar. As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas depois de decorridos seis meses de sua classificação no *rating* "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. **f. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. **g. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes):** Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias *pro rata* dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar. **h. Ativo permanente:** O imobilizado de uso, mencionado na Nota Explicativa nº 10, está registrado ao custo de aquisição. Até junho de 2017, a depreciação era computada pelo método linear, com base nas taxas anuais de 10% para Instalações, Móveis e Utensílios e Equipamentos de Comunicação e 20% para Processamento de Dados. A partir de julho de 2017, atendendo ao CPC 27 com base em laudo emitido por empresa especializada, a depreciação passou a ser determinada pelo valor depreciado dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida a conta específica de despesa. Conforme a Resolução nº 4.535 do CMN, de 24 de novembro de 2016, considera-se vida útil o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo. As vidas úteis estimadas dos bens Instalações, Móveis e Utensílios, Equipamento de Comunicação e Processamento de Dados são de 7 a 18 anos. **i. Intangível e diferido:** O ativo intangível está representado pelos projetos Novo TMT, Melhorias IM/MB, Bank as a Service, Operação Ativa Vinculada, Onboarding, Inteligência de Crédito, Risco Sacado e Cobrança Própria Topázio, Abertura de Contas, Banco Digital e CCME registrados ao valor de custo. A amortização para os projetos concluídos é calculada pelo método linear, no prazo de três anos. O ativo diferido está representado por gastos com a transformação em Banco Múltiplo, registrados ao valor de custo. A amortização é calculada pelo método linear, no prazo de dez anos. **j. Redução ao valor recuperável de ativo:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **k. Ativos e passivos em moeda estrangeira:** Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento de balanço, e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. **l. Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos: • Depósitos interfinanceiros** - Representam captações de Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), são demonstrados pelo valor das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia. **• Depósitos a prazo e recursos de aceites e emissão de títulos** - Estão representados por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGEs), pós-fixados, remunerados a taxas de juros em condições de mercado e estão registrados pelo valor captado acrescido dos encargos *pro rata* dia, até a data do balanço. **m. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes):** Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) e incorridos. **n. Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120, e a provisão para a contribuição social sobre o lucro, conforme Lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015, foi calculada a 20% em 2018 e a 15% em 2019. A partir de março de 2020, de acordo com a Emenda Constitucional 103/2019, de 13 de novembro de 2019, a alíquota voltará a ser de 20%. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2012, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2º Semestre		
	2019	2019	2018
Receitas da intermediação financeira (Nota 17)	161.731	303.862	150.495
Operações de crédito	37.824	79.266	105.109
Resultado de operações de câmbio (Nota 9)	12.876	20.771	10.541
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	10.559	19.101	13.024
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros	100.472	184.722	21.821
Despesas da intermediação financeira	(102.099)	(202.580)	(82.884)
Operações de captação no mercado (Notas 12 e 13)	(81.383)	(158.109)	(38.370)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(523)	(715)	(62)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20.193)	(43.756)	(44.452)
Resultado bruto da intermediação financeira	59.632	101.282	67.611
Outras receitas/despesas operacionais	(66.798)	(119.572)	(78.808)
Receitas de prestação de serviços (Nota 18)	51.486	98.926	72.271
Rendas de tarifas bancárias	2.398	6.700	4.126
Despesas de pessoal	(10.967)	(21.678)	(20.707)
Despesas administrativas (Nota 19)	(70.897)	(154.370)	(119.001)
Despesas tributárias	(9.272)	(17.506)	(12.991)
Outras receitas operacionais	779	1.701	3.425
Outras despesas operacionais	(30.325)	(33.345)	(5.931)
Resultado operacional	(7.166)	(18.290)	(11.197)
Resultado não operacional	71	233	151
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(7.095)	(18.057)	(11.046)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 20)	(1.257)	(2.890)	3.833
Imposto de renda e contribuição social correntes	—	—	(6.647)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.257)	(2.890)	10.480
Prejuízo do semestre/exercício	(8.352)	(20.947)	(7.213)
Prejuízo por ação	(0.062)	(0.155)	(0.062)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2º Semestre		
	2019	2019	2018
Atividades operacionais			
Resultado do semestre/exercício antes dos impostos	(7.095)	(18.057)	(11.046)
Ajustes ao resultado do semestre/exercício	21.749	45.574	45.821
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	20.193	43.756	44.452
Provisão para passivos contingentes	(129)	(772)	218
Depreciação e amortização	1.558	2.383	1.084
Baixa líquida de imobilizado e intangível	127	207	67
Resultado líquido ajustado	14.654	27.517	34.775
Variações nos ativos e passivos	(85.295)	(71.522)	154.211
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(77.933)	(80.044)	(4.096)
(Aumento) redução em relações interfinanceiras	(253)	214.514	(229.919)
Redução/(aumento) em operações de crédito	19.667	23.463	(23.162)
(Aumento) em outros créditos	(109.360)	(598.906)	(55.470)
(Aumento) em outros valores e bens	(1.146)	(854)	(1.098)
(Redução)/aumento em outras obrigações	(49.592)	30.908	4.045
Aumento em depósitos	48.724	255.213	466.311
Aumento em obrigações por operações compromissadas	81.915	81.915	—
Aumento/(Redução) em relações interdependências	2.683	2.269	(2.400)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(70.641)	(44.005)	188.986
Atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso	(378)	(1.094)	(357)
Aplicação no intangível	(2.180)	(3.552)	(4.065)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.558)	(4.646)	(4.422)
Atividades de financiamentos			
Aumento de capital por subscrição	(11.034)	—	—
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(11.034)	—	—
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(84.233)	(48.651)	184.564
Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	262.320	226.738	42.174
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício (Nota 4)	178.087	178.087	226.738
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(84.233)	(48.651)	184.564

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

adições temporárias, são registrados no grupo "Outros créditos". **o. Ativos e passivos contingentes:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009: **• Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. **• Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **p. Outros ativos e passivos:** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia). **q. Estimativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. O Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. **r. Resultado por ação:** O resultado por ação é calculado em Reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços.

	2019	2018
Disponibilidades	15.086	11.124
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	163.001	699
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	—	154.302
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	—	60.613
	163.001	215.614
Total de caixa e equivalentes de caixa	178.087	226.738

(a) Refere-se a aplicações em operações compromissadas, com obrigação de recompra.

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

	2019	2018
	Valor de mercado	Valor de custo
Títulos disponíveis para venda		
Carteira própria - LFT	01/03/2020 19.631	19.630
Carteira própria - LFT	01/03/2023 25.066	25.070
Vinculados a compromissos de recompra (a)	01/03/2023 6.008	6.009
Vinculados ao Banco Central - LFT (b)	01/03/2020 21.256	21.260
Vinculados à prestação de garantias - LFT	01/03/2020 262	262
Títulos para negociação		
Vinculados a compromissos de recompra (a)	01/03/2020 75.969	75.970
Total	148.192	148.201

continua

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Capital a avaliar	Ajustes de prejuízos patrimoniais	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	133.114	—	2	(44.076)	89.040
Prejuízo do exercício	—	—	—	(7.213)	(7.213)
Ajuste ao mercado	—	—	(12)	—	(12)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	133.114	—	(10)	(51.289)	81.815
Saldos em 1º de janeiro de 2019	133.114	—	(10)		

☆ continuação

(a) Os passivos correspondentes a estas operações encontram-se evidenciados na Nota 13. (b) Os títulos públicos federais, vinculados ao Banco Central, correspondem à integralização de capital social subscrito, recolhidos até aprovação do processo pelo Banco Central. Os títulos públicos federais possuem vencimento em 1º de março de 2020 e 1º de março de 2023, e o valor de mercado foi apurado com base nos preços divulgados pela Anbima. Os efeitos decorrentes do ajuste a valor de mercado foram levados à conta específica do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2019 foi registrado o ajuste de R\$ 1 (R\$ 12 em 31 de dezembro de 2018). Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não havia operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

	2019	2018
6. Relações interfinanceiras:		
Correspondentes (a)	12.921	4.262
Depósitos vinculados ao Banco Central	637	437
Antecipação Bandeira Ticket (b)	-	220.117
Antecipação Bandeira Visa e Master (c)	2.155	5.488
Provisão antecipação de transações de pagamento	(36)	(113)
Total	15.677	230.191

(a) Tratam-se de saldos em correspondentes bancários, em sua maioria, refere-se a valores mantidos em conta gráfica com a Empresa MercadoPago.com Representações Ltda., para suportar as operações de contratação de empréstimos no total de R\$ 11.056 em 2019 (R\$ 4.244 em 2018) e valores mantidos em conta gráfica com a Empresa IS2B Integrated Solutions To Business S.A., para suportar o serviço de pagamento de contas e boletos, no total de R\$ 1.865 em 2019. (b) Trata-se de operações enquadradas como operação ativa vinculada, iniciadas em 04/2018, em conformidade com a Resolução nº 2.921/2002 do CMN e atualizações, firmada com pessoas jurídicas, resultando em maior garantia de liquidação financeira com as partes com as quais possui essa modalidade de acordo. (c) Operação enquadrada como aquisição de direitos creditórios por meio de cessão, na modalidade com coobrigação, iniciada em 05/2018, em conformidade com a Resolução nº 2.836/2001 do CMN e atualizações, firmados com pessoas jurídicas, resultando na aquisição de direitos de pessoas não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, referentes a valores a receber de instituições de pagamento participantes de arranjo de pagamento, relativos a transações de pagamento. **7. Operações de crédito:** O Banco opera produtos de crédito voltados a pessoas físicas e jurídicas. As operações com pessoas físicas são: financiamento ao consumo através de associação com varejos e emissão de dívida. As operações com pessoas jurídicas são: empréstimo de capital de giro, conta garantida e emissão de dívida. A carteira de operações de crédito apresenta a seguinte composição:

a. Composição das operações de crédito por modalidade:

	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Setor privado				
Capital de giro	170.702	120.894	291.596	225.927
CDC	-	-	-	2.812
Emissão de dívida	1.063	4	1.067	2
Conta garantida	19.030	15	19.045	16.097
Total operações de crédito	190.795	120.913	311.708	245.038
b. Composição da carteira por vencimento:				
Vencidos:				
Até 60 dias		8.213		11.294
De 61 a 180 dias		8.314		8.716
Acima de 180 dias		8.877		8.842
A vencer:				
Até 180 dias		90.603		117.905
De 181 a 360 dias		74.788		98.281
Total circulante		190.795		245.038
A vencer acima de 360 dias (não circulante)		120.913		140.650
Total		311.708		385.688
c. Composição da carteira por setor de atividade:				
2019	2018			
Comércio	301.330	382.610		
Outros serviços	4.205	774		
Pessoa física	6.173	3.004		
Total	311.708	385.688		

• Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa. Conforme disposto no artigo 3º, da Resolução nº 2.697/00 do CMN, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no artigo 1º, da Resolução nº 2.682/99 do CMN:

Nível risco	2019		2018	
	Operações de crédito	Provisão	Operações de crédito	Provisão
	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(R\$ mil)
A	48.987	15,72	56.213	14,57
B	116.584	37,40	110.895	28,75
C	78.774	25,27	142.210	36,87
D	17.675	5,67	24.780	6,43
E	14.324	4,60	13.932	3,61
F	4.090	1,31	3.926	1,02
G	8.867	2,84	2.501	0,65
H	22.407	7,19	31.231	8,10
Total	311.708	100,00	385.688	100,00

d. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos:

	2º semestre de 2019	2019	2018
Saldo inicial		43.578	47.258
Constituição de provisão		28.939	58.100
Reversão de provisão		(8.692)	(14.273)
Créditos baixados para prejuízo		(23.337)	(50.587)
Saldo final		40.498	40.498
Circulante		28.165	28.165
Não circulante		12.333	12.333

As operações renegociadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 montavam a R\$ 20.363 (R\$ 31.829 em 31 de dezembro de 2018). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram recuperados créditos no montante de R\$ 2.465 (R\$ 1.358 em 31 de dezembro de 2018).

8. Outros créditos diversos:

	2019	2018
Circulante		
Impostos e contribuições a compensar	420	6.787
Títulos e créditos a receber (a)	658.356	53.781
Sociedades ligadas (b)	1.389	115
Depósito judicial	324	427
Adiantamentos e antecipações salariais	3	69
Tributos diferidos (Nota 20)	14.281	17.357
Convênio Rede PAE a receber	2.912	3.710
Outros	955	157
Total circulante	678.640	82.403
Não circulante		
Tributos diferidos (Nota 20)	3.196	3.010
Total não circulante	3.196	3.010

(a) Valores a receber de correspondentes CDCi no valor de R\$ 3.152 (R\$ 3.152 em 2018) e aquisição de recebíveis através de operação de cessão, sem característica de crédito e sem coobrigação, de não integrante do Sistema Financeiro Nacional no valor de R\$ 655.204 (R\$ 50.629 em 2018). Em 31 de dezembro de 2019, o montante de receitas foi de R\$ 187.181 (2018 - R\$ 20.297), despesas foi de R\$ 181.178 (2018 - R\$ 19.862) e o resultado líquido foi de R\$ 6.003 (2018 - R\$ 435). Não há operações inadimplentes ou em questionamento judicial sobre os recursos ativos ou captados para essas operações. (b) Valores a receber da empresa Ticket Soluções HDFGT S.A. de R\$ 123 (R\$ 94 em 2018); Good Card Licenciamentos QSUA S.A. de R\$ 0 (R\$ 2 em 2018); e Saque Pague Rede de Autoatendimento S.A. de R\$ 1.266 (R\$ 19 em 2018) oriundos de reembolsos.

9. Carteira de Câmbio: a. Composição:

	2019	2018
Ativo Circulante		
Câmbio comprado a liquidar	-	389
Direito sobre vendas de câmbio	-	642
(Adiantamentos em moeda nacional recebidos)	-	(631)
Total	-	400
Passivo Circulante		
Câmbio vendido a liquidar	-	638
Obrigações por compras de câmbio	-	389
Total	-	1.027

b. Resultado:

	2º semestre	Exercício
	2019	2019
Rendas de operações de câmbio	261	351
Rendas de variações e diferenças de taxas	455	905
Rendas de disponibilidades em moedas estrangeiras	15.799	25.507
Despesas de operações de câmbio	(2.751)	(1.481)
Despesas de variações e diferenças de taxas	(888)	(1.811)
Total	12.876	20.771

A Diretoria

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

10. Imobilizado de uso:

	Móveis e utensílios	Equipamentos de comunicação	Processamento de dados	Arrendamento mercantil	Total
Saldo em 2018					
Custo	340	399	96	1.644	2.479
Depreciação	(185)	(233)	(56)	(1.138)	(1.612)
Saldo contábil líquido em 2018	155	166	40	506	867
Saldo inicial	155	166	40	506	867
Aquisições	162	127	8	5	1.067
Baixas	(61)	(39)	-	(374)	(474)
Depreciação	(24)	(4)	(7)	274	(56)
Saldo contábil líquido em 2019	232	250	41	411	709
Custo	441	487	104	1.275	765
Depreciação	(209)	(237)	(63)	(864)	(566)
Saldo contábil líquido em 2019	232	250	41	411	709

11. Intangível e diferido:

	Projetos de implantação de produtos	Gastos de organização e expansão	Total
Saldo em 2018			
Custo	5.239	4.059	9.298
Amortização	(491)	(3.538)	(4.029)
Saldo contábil líquido em 2018	4.748	521	5.269
Saldo inicial	4.748	521	5.269
Aquisições	3.487	-	3.487
Baixas	(57)	-	(57)
Amortização	(1.628)	(521)	(2.149)
Saldo contábil líquido em 2019	6.550	-	6.550
Saldo em 2019			
Custo	8.669	4.059	12.728
Amortização	(2.119)	(4.059)	(6.178)
Saldo contábil líquido em 2019	6.550	-	6.550

12. Depósitos a prazo e à vista: Os prazos de vencimentos das operações de depósitos a prazo estão assim segregados:

	A vencer em até 90 dias	A vencer de 91 dias a 360 dias	A vencer acima de 360 dias	Total	Total não circulante
Depósito à vista	40.686	-	-	40.686	-
Depósito a prazo	115.635	128.261	808.788	243.896	808.788
Total - Dezembro de 2019	156.321	128.261	808.788	284.582	808.788
Depósito à vista	28.644	-	-	28.644	-
Depósito a prazo	65.979	139.661	603.873	205.640	603.873
Total - Dezembro de 2018	94.623	139.661	603.873	234.284	603.873

Os depósitos a prazo (CDB), são remunerados em até 150% da taxa do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com vencimentos até abril de 2024, e os depósitos a prazo das operações ativas vinculadas (CDBV), são remunerados pré-fixados em até 60,10%, com vencimentos até fevereiro de 2023. Em 31 de dezembro de 2019, o montante das despesas de captações com depósitos a prazo foi de R\$ 155.177 (R\$ 37.629 em 2018).

13. Obrigações por operações compromissadas:

	2019	2018
Carteira própria		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	81.915	-
Total	81.915	-
Em 31 de dezembro de 2019, o montante das despesas de captações no mercado aberto foi de R\$ 1.734 (R\$ 5 em 2018).		
14. Outras obrigações - Diversas:		
2019	2018	
Circulante		
Transações a reembolsar (a)	319	335
Sociedades ligadas (Nota 21)	8.264	6.905
Provisão para pagamentos (b)	26.330	10.295
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	3.193	427
Recursos de terceiros custodiados na TECBAN	-	978
Arrendamento mercantil	255	-
Outras	425	250
Total circulante	38.786	19.190
Não circulante		
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	100	3.638
Arrendamento mercantil	395	-
Total não circulante	495	3.638

(a) Transações a pagar a estabelecimentos credenciados à bandeira Good Card. (b) Valores a pagar de despesas de pessoal, outras despesas administrativas e fornecedores. **15. Passivos contingentes:** A Instituição possui passivos contingentes relativos a processos em andamento, e os valores estimados e suas respectivas provisões estão demonstrados na tabela a seguir:

Natureza	Probabilidade de perda	Quantidade	Provisão	
			2019	2018
Trabalhista	Provável	12	3.087	3.976
Cível	Provável	12	206	89
Total			3.293	4.065

As ações de natureza cível são referentes à rescisão de contratos, ações de sustentação de protesto, inexistência de débitos e indenizatórias. As ações de natureza trabalhista decorrem de processos, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, tendo como objeto os direitos trabalhistas. O valor das contingências possíveis não provisionadas contra o Banco totaliza, em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 2.065, referente a processos cíveis e trabalhistas (R\$ 2.184 em 2018). Movimentação da provisão para passivos contingentes:

	2019	2018
Saldo inicial	4.065	3.847
Constituição de provisão	359	1.937
Reversão de provisão	(1.131)	(1.719)
Saldo final	3.293	4.065

16. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2019, o capital social é de R\$ 153.914 (R\$ 133.114 em 2018), representado por 134.929.949 ações ordinárias**21. Transações com partes relacionadas: a. Transações e saldos:** As transações com partes relacionadas compreendem, em sua maior parte, depósitos à vista e a prazo:

	2019					2018
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	
	Saque e Pague	Ticket	Intermeto	Teccloud	GoodCard	Outras
Ativo						
Outros créditos (f)	1.266	123	-	-	-	-
Cessão de Créditos	-	18.683	-	-	-	-
Antecipação de recebíveis	-	238.338	-	-	-	-
Passivo						
Depósitos à vista	263	1.172	-	31	-	16
Depósitos a prazo (g)	54	263.818	10.076	1.530	631	999
Outros passivos (h)	7.752	17	148	347	-	-

(a) Saque Pague Rede de Autoatendimento S.A.; (b) Ticket Soluções HDFGT S.A.; (c) Intermeto Locações Serviços POAH Ltda.; (d) Teccloud Serviços de Tecnologia AHU Ltda.; (e) GoodCard Licenciamentos QBUA Ltda.; (f) Outros créditos referem-se a valores a receber de sociedades ligadas oriundos de reembolsos de despesas, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8; (g) Depósitos a prazo referem-se a captações através de CDBs; (h) Outros passivos referem-se a valores a pagar a sociedades ligadas oriundos de reembolsos de transações e serviços prestados; (i) Pessoas físicas referem-se a acionistas, com participações diretas e indiretas na instituição. **b. Remuneração da Administração:** Os administradores são remunerados na forma de pró-labore pago via folha de pagamento. O valor total da remuneração no exercício, incluindo gratificações, é apresentado na rubrica "Despesas de pessoal", na demonstração do resultado, no montante de R\$ 2.770 (R\$ 2.281 em 2018). O Banco não disponibiliza outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. **22. Estrutura de gerenciamento de riscos:** A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão na Instituição, por isso conta com uma estrutura dedicada ao gerenciamento de riscos, constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas. A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos está disponível em www.bancotopazio.com.br/relacao-com-investidores. **Risco operacional:** Conforme a Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A gestão desse risco ocorre a partir das recomendações do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), respeitando os normativos vigentes. **Risco de mercado:** Conforme a Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. A gestão desse risco utiliza o Value at Risk (VaR) para situações normais, além da realização de testes de estresse simulando situações atípicas de mercado. **Risco de liquidez:** Conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco de liquidez como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas e de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A gestão desse risco monitora o fluxo de caixa diário, projetando cenários para o horizonte de um ano, além de indicadores de liquidez de curto e longo prazos. **Risco de crédito:** Conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador,

nominais, sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de fevereiro de 2019 foi deliberado e aprovado aumento do capital social em R\$ 22.068 mediante a emissão e subscrição de 29.173.855 novas ações ordinárias, sem valor nominal, conforme Acordo de Investimentos. Em 01 de outubro de 2019 o Acordo de Investimentos foi rescindido, ficando cancelado e sem efeito. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de novembro de 2019, foi aprovado novo aumento de capital social no valor de R\$ 20.800, mediante emissão e subscrição de 18.234.529 novas ações ordinárias, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,140693 por ação. A integralização se realizará pela transferência de valor correspondente ao depósito em conta vinculada ao Bacen, efetuado pelos acionistas em 19 de agosto de 2019. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 21 de janeiro de 2020. **b. Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do período, quando auferido, limitada até 20% do capital social nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações. **c. Dividendos:** O estatuto assegura a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado de exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

17. Receitas da intermediação financeira:

	2º Semestre			Exercício
	2019	2019	2018	

Ilmos Srs. Diretores e Acionistas do Banco Topázio S.A. - Porto Alegre - RS. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Topázio S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Topázio S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção

relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente

para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 13 de abril de 2020



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Cristiano Jardim Seguecio
Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS